

Por uma leitura sócio-histórica da etnicidade em Moçambique

Sérgio Chichava

Discussion Paper nº 01/2008

Por Uma Leitura Sócio-Histórica da Etnicidade em Moçambique

Sérgio Chichava

Discussion Paper nº 01/2008

Sérgio Chichava é investigador do IESE e membro do grupo de investigação cidadania e governação.
sergio.chichava@iese.ac.mz

Abril 2008

DISCUSSION PAPERS DO IESE

Edição do Conselho Científico do IESE

A Coleção de Discussion Papers do Instituto de Estudos Sociais e Económicos (IESE) publica resultados de investigação realizada pelos investigadores do IESE e associados, no quadro geral dos projectos de investigação do IESE. Esta colecção incorpora artigos em fase de desenvolvimento e debate, que podem, posteriormente, evoluir para publicação mais elaborada e final.

Os autores individuais dos Discussion Papers são inteiramente responsáveis pelo conteúdo dos seus artigos, os quais não reflectem necessariamente a posição do IESE sobre os temas tratados.

Os Working e Discussion Papers do IESE, assim como algumas outras publicações, podem ser descarregados em versão electrónica gratuitamente do endereço www.iese.ac.mz.

IESE'S DISCUSSION PAPERS

Edited by IESE's Scientific Council

The Discussion Papers' Collection of the Institute of Social and Economic Studies (IESE) reports the results of research undertaken by IESE's staff and associates under the broad umbrella of IESE's research projects. The Discussion Papers Collection includes papers that are in the final editing phase and that may be subsequently published in Journals or books

The Discussion Papers Collection includes papers that are going through the process of development and debate and may later evolve to more elaborated and final publication.

IESE's Working and Discussion Papers, as well as other publications, can be downloaded in electronic version free of charge from www.iese.ac.mz.

RESUMO

A história de Moçambique está marcada, dentre outros factores, por reclamações de alguns moçambicanos que se dizem excluídos do poder político simplesmente por causa da sua pertença étnica. Partindo de uma perspectiva sócio-histórica, este artigo procura 1) perceber as razões que levam esses moçambicanos a sentirem-se excluídos, 2) compreender o que se encontra por detrás desse tipo de discurso. O principal argumento aqui é que a percepção deste fenómeno só é possível se analisarmos a maneira como Moçambique foi "fabricado" pelo colonialismo português.

Palavras-chaves: Etnicidade; Estado; Moçambique; Frelimo.

ABSTRACT

Mozambique's history is, amongst others, marked by claims of groups who argue they are excluded and marginalized from power and the state only on ethnic grounds. From a socio-historic perspective, this study aims not only at unfolding the reasons that lead these groups to hold these feelings, but also to comprehend what lies behind such discourse. Understanding this social phenomenon can only be possible if one frames the study in accordance to the way Mozambique was "constructed" by Portuguese colonialism.

Key concepts: Ethnicity, State, Mozambique.

“Governador tribaliza Niassa”¹. Foi com esta manchete que o semanário “Magazine Independente” abriu a sua edição de 12 de Março do ano em curso. A manchete baseava-se na opinião de duas figuras originárias desta província, nomeadamente, o primeiro presidente da Comissão Nacional de Eleições (CNE) e antigo reitor da Universidade Eduardo Mondlane (UEM), a principal Universidade pública de Moçambique, Brazão Mazula, e Carlos Machili, alto quadro da Frelimo e antigo reitor Universidade Pedagógica (UP), considerada a segunda universidade pública do país. Segundo Brazão Mazula e Carlos Machili, o actual governador do Niassa, Arnaldo Bimbe, um changane² natural de Gaza, estaria privilegiando determinadas tribos na distribuição de posições de prestígio (político, económico e social) em detrimento de outras, fomentando, assim, o tribalismo na província. Acusações deste género não são novas em Moçambique. Com efeito, a questão identitária-étnica foi e continua a ser uma questão omnipresente nos discursos das elites moçambicanas (políticos, académicos, etc.). Mas o que é o tribalismo? Como é que se manifesta e em que ele pode ser prejudicial para o país? O que é estará por detrás deste tipo de discursos?

Para se entender as razões da persistência destas questões no país devemos adoptar uma perspectiva sócio-histórica, retrazando os diferentes contornos da questão identitária, recordando alguns episódios que mostram que o problema étnico-tribal em Moçambique, à semelhança de outros países africanos, está na ordem do dia, ainda que muitas vezes de forma latente. A ideia defendida aqui é que os conflitos étnico-tribais exprimem uma relação diferenciada de certos grupos sociais com o Estado, manifestando-se quando determinados grupos étnicos vêem-se prejudicados e discriminados no acesso a recursos.

Para facilitar a compreensão do leitor, a análise deste fenómeno social complexo é feita em dois momentos: o primeiro abarca o período da constituição dos movimentos anticolonialistas, da luta pela independência e dos primeiros quinze anos da independência, caracterizados pela presença de um Estado centralizado e homogeneisante; o segundo começa oficialmente em 1990, com a morte desse Estado e a transição para o pluralismo democrático.

¹ “Governador tribaliza Niassa”, *Magazine Independente* (Maputo), n.º 49, 12 de Março de 2008.

² Grupo étnico do sul de Moçambique, por razões históricas próximo da Frelimo.

Tribo, tribalismo, etnia, etnicidade, breve clarificação dos conceitos

Antes de mais, é preciso sublinhar que tribo e etnia são dois termos quase equivalentes. Para P. Mercier, uma etnia é um “grupo fechado, descendendo de um mesmo antepassado ou, mais geralmente, tendo a mesma origem, possuindo uma cultura homogénea e falando uma língua comum³ Por seu lado, J. Honigmann afirma que “em geral, os antropólogos estão de acordo sobre os critérios através dos quais uma tribo (como sistema de organização social ou político) pode ser descrita: um território comum, uma tradição de descendência comum, uma linguagem comum, uma cultura comum e um nome comum...”⁴.

Segundo Catherine Coquery-Vidrovitch, o conceito de etnia teria aparecido pela primeira vez no vocabulário científico por volta de 1787. Nessa altura, tinha uma conotação religiosa, significando “pagão”, em oposição ao cristão ou ao judeu⁵. Com a emergência do imperialismo colonial nos finais do século XIX, o conceito vai mudar de sentido, passando a designar os povos ou sociedades consideradas “primitivas” ou pré-industriais, em oposição às sociedades ocidentais ou evoluídas. A partir dessa altura, a tribo ou etnia, em oposição à nação — fenómeno então tido como tipicamente ocidental — foi considerada como um fenómeno africano ou asiático, onde os respectivos povos não teriam consciência da sua unidade nem vontade de viver em conjunto.

Por ruptura com as definições acima, etnicidade ou “sentimento étnico” é um “facto de consciência” (« fait de conscience »), porque ela não é nada mais que a consciência de pertencer a um grupo humano diferente dos outros e de reivindicar essa diferença⁶. A etnicidade seria pois, a expressão da identidade étnica, da diferença.

O tribalismo, que à semelhança de todos os “ismos” tem uma conotação ou carga negativa, seria a exclusão dos que não pertencem à nossa tribo ou etnia, marginalizando-os ou excluindo-os. O tribalismo seria a instrumentalização ou a manipulação das identidades étnicas com vista a tirar certos benefícios. Mas o tribalismo não pode ser visto apenas do lado negativo. Como afirma Christian Coulon, ele pode também constituir o veículo de reivindicações populares e, frequentemente, provocar paixões colectivas⁷.

³ Paul MERCIER, « Remarques sur la signification du "tribalisme actuel" en Afrique noire », *Cahiers internationaux de sociologie*, (Paris, PUF), XXI, Julho-Dezembro, 1961, p. 65.

⁴ John HONIGMANN, “Tribe”, *A dictionary of the social sciences*, Glencoe, Free press, 1964 p. 17.

⁵Catherine COQUERY-VIDROVITCH, “Du bon usage de l’ethnicité”, *Le monde*, http://www.monde-diplomatique.fr/1994/07/COQUERY_VIDROVITCH/583.html.

⁶ René OTAYEK, “L’Afrique au prisme de l’ethnicité : perception française et actualité du débat”, *Revue internationale et stratégique* (Paris, Dalloz), 43, 2001, p. 129.

⁷ Christian COULON, “Les dynamiques de l’ethnicité en Afrique noire”, Pierre BIRNBAUM (dir.), *Sociologie des nationalismes*, Paris, PUF, coll. “Sociologies”, 1997, p. 50.

I-“A Frelimo é tribalista”!

Para compreender os contornos da questão identitária em Moçambique, partir-se-á, antes de mais, do período da formação da Frelimo e da guerra colonial (1961-1974). Em seguida, ir-se-á analisá-la no contexto do partido único de orientação “marxista-leninista” e, enfim, na actual era pluralista (1990-...)

O chigondo⁸ só serve de “carne para canhão”

Antes de mais, é preciso recordar que a Frente de Libertação de Moçambique (Frelimo), constituída em 1962 em Dar-es-Salam, na Tanzânia, é, resultado da fusão de três movimentos: a União Nacional Democrática de Moçambique (UDENAMO); a União Nacional Africana de Moçambique (MANU) e União Nacional para Moçambique Independente (UNAMI). A UDENAMO tinha como seus fundadores emigrantes moçambicanos na antiga Rodésia do Sul, cuja maioria era originária do antigo distrito de Manica e Sofala (caso de Uria Simango), à excepção do seu presidente Adelino Gwambe, nascido em Inhambane, sul de Moçambique, mas que, antes de emigrar para a Rodésia do Sul, tinha trabalhado na Beira, antiga capital do distrito de Manica e Sofala. A MANU, cujos lideram eram Mateus Mole e Malinga Milinga, era um movimento essencialmente formado por emigrantes macondes no Quénia e na Tanzânia. A UNAMI, cujo líder era Baltazar da Costa Chagonga, originário do antigo distrito de Tete, tinha sido formada em 1961, essencialmente, por nativos do mesmo distrito. Eduardo Mondlane, um changane, originário de Chibuto na província de Gaza, sul de Moçambique, foi eleito presidente da Frelimo e Uria Simango, vice-presidente.

Com base no discurso oficial acima apresentado, é-nos mais fácil compreender o que vem a seguir, nomeadamente, porque razão a Frelimo — cuja direcção era, maioritariamente, composta por indivíduos do sul de Moçambique — foi sempre acusada de discriminar os moçambicanos do norte do rio Save⁹. Alguns episódios que iremos relatar a seguir são reveladores das tensões étnico-tribais no seio deste movimento durante este período.

Pouco tempo após a sua formação, alguns Macondes — que constituíam o grosso dos emigrantes moçambicanos na Tanzânia — começaram a queixar-se de que não havia nenhum maconde nos lugares de direcção da Frelimo (Mateus Mole, antigo líder da MANU, que na Frelimo ocupava o posto de

⁸ Designação sulista às populações do norte do rio Save.

⁹ A Renamo, actual principal partido de oposição, também não escapa a este fenómeno. Com efeito, se a Frelimo é acusada de ser maioritariamente um partido “sulista” ou de ser um partido dos e para os machanganes, a Renamo por seu lado, é acusada de ser um partido só para os Ndaus, grupo étnico dos seus dois primeiros líderes, nomeadamente André Matsangaia e Afonso Dhhlakama.

tesoureiro, tinha sido expulso por divergências), que não recebiam bolsas de estudo, que só serviam a Frelimo para pagar quotas e nada mais, que este movimento era apenas para gente do Sul¹⁰.

Em 1968, estudantes do Instituto Nacional Moçambicano em Dar es-Salaam, na sua larga maioria do norte do Save, acusaram a direcção da Frelimo de tribalismo e de regionalismo, e tomaram posição contra certos professores brancos na Instituição (aparentemente, apenas contra os brancos de origem portuguesa)¹¹. Os estudantes apontavam como exemplos daquilo que consideravam como falta de igualdade na Frelimo o facto de que, para além de a maioria dos dirigentes serem do sul de Moçambique, quando um estudante do norte reprovava nos exames finais, era enviado para os campos de treino, enquanto um estudante do sul em idêntica situação não o era¹². Esta situação levou a eclosão de desacatos que levaram não só ao fecho temporário do Instituto, como também à morte de Mateus Sansão Mutemba, nascido no sul de Moçambique, na altura membro do Comité Central da Frelimo.

A crise iria atingir o seu auge após a morte do primeiro presidente da Frelimo, Eduardo Mondlane, em Fevereiro em 1969, isto porque Uria Simango, então vice-presidente, devia substituí-lo, mas foi descartado, e um triunvirato composto por Samora Machel, Marcelino dos Santos, e do próprio Simango, foi constituído para dirigir o movimento. Isto acentuou as divergências no seio Frelimo, sobretudo entre os membros do triunvirato, pois Simango não estava de acordo com esta nova situação. Assim, em Novembro de 1969, Uria Simango publicou um documento intitulado *Gloomy Situation in Frelimo* (Triste situação na Frelimo), no qual afirmava que o tribalismo dos dirigentes sulistas da Frelimo era uma dos principais responsáveis pela crise pela qual o movimento estava a passar:

“Desde 1966, tem-se manifestado uma tendência no grupo, infelizmente composto por gentes do sul, que incluíam o falecido presidente da Frelimo, no sentido de tomarem decisões por eles próprios e impô-las aos outros por meio das suas manobras. O falecido presidente da Frelimo foi criticado por certas pessoas do Sul pelas consequências que este método poderia trazer na causa final. Não se fez caso deste aviso. Este grupo continua com este método. Realizaram-se vários encontros na casa de Janet [esposa de Eduardo Mondlane] tendo tomado parte neles só membros da tribo. Temos de compreender que em Moçambique não existe nenhuma tribo superior às outras...Todas as tribos devem receber um tratamento idêntico. Devem ter os seus direitos actualmente, durante a luta, e depois, na independência”¹³.

Oficialmente, foi na sequência deste texto que Uria Simango foi expulso da Frelimo.

¹⁰ PIDE/DELEGAÇÃO DE MOÇAMBIQUE, *Apontamento de Notícias*, Lourenço Marques, 21 de Março de 1963 in ANTT, PIDE/DGS, Processo 2826/62, *Frelimo*, vol. 1.

¹¹ PIDE/DELEGAÇÃO DE MOÇAMBIQUE, *Assunto: Desordens no Instituto Moçambicano em Dar-es-Salam*, Informação n°961-SC/CI (2), Lourenço Marques, 29 de Agosto de 1968, in ANTT, PIDE/DGS, Processo 2657/62-SR, *Uria Simanta ou Uria Simango*.

¹² *Ibidem*.

¹³ PIDE/DELEGAÇÃO DE MOÇAMBIQUE, *Assunto: Uria Simango*, Informação n° 1299-CI (2), Lourenço Marques, 30 de Dezembro de 1969, in ANTT, PIDE/DGS, Processo 2826/62, *Frelimo*, vol.1.

Também, foi se queixando de discriminação que alguns antigos membros da Frelimo e do Coremo — Amós Sumane, Matias Tenda, Mazunzo Bobo — criaram um movimento separatista em 1968, a União Nacional da Rombézia (UNAR). Segundo os dirigentes deste movimento — que pretendia a independência da região que vai do Rovuma até ao Zambeze (Cabo Delgado, Niassa, Nampula, Tete e Zambézia), — os dirigentes sulistas da Frelimo, movidos meramente por intuítos “tribais”, para além de usar os nortenhos como “carne para canhão” — ficando eles nos gabinetes ou indo estudar no estrangeiro —, moviam a guerra apenas no Norte de Moçambique, castigando duramente as populações desta região¹⁴. De acordo com os dirigentes da UNAR, o tribalismo da Frelimo, ilustrado pelo seu presidente, Eduardo Mondlane, que se tinha rodeado apenas por pessoas do Sul, tinha criado discórdia e divisões no seio dos moçambicanos. Mas, um tanto paradoxalmente, a UNAR propunha eliminar o tribalismo e o regionalismo da Frelimo, considerados como obstáculos à unidade nacional, defendendo...a divisão de Moçambique. Como explicar isso?

De certa maneira, a UNAR representa um dos exemplos clássicos da negação do Moçambique-tal-como-foi-“fabricado” pelos Portugueses, isto é, de um espaço não necessariamente vivido por todos os moçambicanos. O estudo da UNAR põe a lume as dificuldades que há de se falar de “uma nação moçambicana”. A confortar esta posição, está o facto de que, ainda durante a guerra colonial, muitos moçambicanos do Norte e Centro do país abandonaram a Frelimo, acusando este movimento de ser “tribalista”.

Mas se nos atermos apenas à tese “tribalista” para explicar estas deserções ou o desconforto de muitos moçambicanos do Norte do Save no seio da Frelimo, ficaríamos numa análise superficial da questão. Em primeiro lugar, é preciso dizer que estas deserções se explicam mais pela diferença de trajectórias socioculturais do que por meras questões “tribais”. Os moçambicanos idos das diferentes regiões não se conheciam, e pouco fora o contacto existente entre eles durante a colonização. Moçambique como nação não existia, e provavelmente ainda não existe, porque não é necessariamente vivido como tal por todos os moçambicanos¹⁵.

A maneira como foi organizada a economia de Moçambique nos finais do século XIX, com a emergência do capitalismo colonial, é outro factor de explicação. Nessa altura, a economia de Moçambique foi transformada numa “economia de serviços”, baseada na exploração dos portos e caminhos-de-ferro que

¹⁴ SCCIM, *Boletim de difusão de informações n.º 18/68*, UNAR, Lourenço Marques, 13 de Março de 1968, in AHM/GOVERNO-GERAL/*Relatórios de informação 1969 a 1974*.

¹⁵ Michel CAHEN, “Mozambique. Histoire géopolitique d’un pays sans nation”, *Lusotopie*, (Paris, Karthala), 1, 1994, p. 243.

serviam essencialmente os países vizinhos, nomeadamente as antigas Rodésias (do Norte e do Sul) e a África do Sul. O antigo distrito de Manica e Sofala (correspondente as actuais províncias com o mesmo nome), foi ligado, no centro, às Rodésias e a Lourenço Marques (actual Maputo), e, no extremo sul, à África do Sul. Nenhuma ligação ferroviária Norte-Sul foi construída, como teria sido importante numa óptica de estruturação do espaço moçambicano. A economia de Moçambique estava então dependente dos seus vizinhos exportadores. Este período corresponde, também, a emergência de desequilíbrios regionais entre as três regiões do país (norte, Centro e Sul). Lourenço Marques, no extremo sul, que gozava da grande ascensão económica da África do Sul, tornou-se a nova capital e o novo “coração” económico de Moçambique, em substituição da Ilha de Moçambique, no norte. Se Beira aproveitou um pouco da sua ligação com as Rodésias, o mesmo não se pode dizer doutras regiões do país, onde o Estado português, na impossibilidade de rentabilizá-las, teve que cedê-las a companhias concessionárias dotadas na sua maioria de capitais estrangeiros, que também não trouxeram nenhum progresso. Podemos, pois, datar dessa época (finais do século XIX), a origem dos ressentimentos das elites dessas regiões em relação ao Sul. A hegemonia do Sul sobre as outras regiões vem daí, e exprime as mudanças regionais decorrentes do desenvolvimento económico do Rand e do Transval. De certa maneira, a marginalidade ou a marginalização dessas regiões e das suas respectivas elites vem daí.

“É preciso matar a tribo para construir a nação”

No período pós-colonial, a Frelimo definiu a discriminação com base na cor, tribo ou religião como um dos seus combates prioritários. As palavras de ordem eram “abaixo o racismo, o tribalismo, o regionalismo, o divisionismo, etc.” Mas como foi feito esse combate na prática?

À semelhança de outros regimes africanos que defendiam o partido único em detrimento do pluralismo político e social — oficialmente por medo de acordar ou exacerbar os particularismos identitários —, ou, como diziam alguns líderes africanos, por temer que cada grupo étnico criasse seu próprio partido, a Frelimo negava todo o tipo de diversidade: religiosa, étnica, racial, política, linguística, social, entre outras. Tal negação também resultava da experiência dos conflitos étnico-tribais que este partido tinha conhecido durante a luta anticolonial, e era feita em nome de uma ideologia que defendia a criação do “Homem Novo”, o qual devia estar livre dos seus “maus hábitos”, que punham em causa a moçambicanidade. Assim, a língua portuguesa foi utilizada como um dos veículos importantes para construir a identidade nacional, marginalizando-se completamente as línguas locais, de tal sorte que foi interdita aos alunos falar as línguas locais nas escolas. Anúncios que tornavam obrigatória a língua portuguesa nas instituições

públicas foram colados. Os nomes das regiões e clubes desportivos com conotação étnico-regionais foram abolidos. Foram os casos, por exemplo, da antiga circunscrição dos Muchopes na província de Gaza, que tornou-se Manjacaze, e da dos macondes, em Cabo Delgado, que passou a designar-se por Mueda. Não havia macuas, machanganes, wayaos ou macondes, havia apenas moçambicanos¹⁶.

Era preciso “matar a tribo para construir a nação”, dizia Samora Machel, apoiando-se numa expressão do primeiro presidente Ganês, Nkwame Nkrumah. A tribo, considerada arcaica e “feudal”, era vista como incompatível com o objectivo de construir a nação, com a unidade nacional, e desapareceria com a emergência do “Homem Novo”, alfabetizado, falando português e vivendo na aldeia comunal. Neste período, a existência de outros actores políticos, fora da Frelimo, era interdita, e os que tentaram fazê-lo foram desencorajados ou desqualificados. Os que não estavam de acordo com a Frelimo deviam ou expor-se à repressão, ou exilar-se. Um só sindicato, uma só organização da mulher e uma só organização da juventude, todos obedecendo a linha do partido, foram criados. A divisa era um só povo, uma só nação, uma só cultura, uma só língua, um só partido¹⁷.

Esta estratégia não iria acabar ou resolver o ressentimento dos moçambicanos do norte do Save, que sempre queixaram-se do tribalismo dos dirigentes sulistas da Frelimo. Pelo contrário, acentuou-a, em grande medida devido a incapacidade do Estado em promover o desenvolvimento e, conseqüentemente, em redistribuir os recursos (políticos, económicos), sobretudo para os moçambicanos do norte do Save.

Por exemplo, aquando do fenómeno chupa-sangue que quase paralisou a Zambézia em 1978¹⁸, o governo local indicava o tribalismo como sendo um dos factores que teria levado a manifestações violentas no distrito costeiro de Pebane, que, oficialmente, teriam provocado um morto, sete feridos e vários detidos. Segundo o governo zambeziano, na sua ira, as pessoas perguntavam-se porque todos os responsáveis distritais locais (do administrador até aos directores distritais, inclusive o chefe das Lojas do Povo¹⁹) não eram zambezianos, quando localmente havia gente capaz para ocupar estes postos. Esta

¹⁶ Ver Michel CAHEN, “Mozambique...”, *op. cit.*, pp. 240-245.

¹⁷ Ver Michel CAHEN, “État et pouvoir populaire au Mozambique”, *Politique Africaine* (Paris, Karthala), 19, 1985, pp. 36-60.

¹⁸ O chupa-sangue foi um conjunto de rumores ocorridos na Zambézia nos primeiros anos da independência, sobretudo em 1978, segundo os quais a Frelimo, em colaboração com alguns estrangeiros e por intermédio de alguns instrumentos especiais introduzidos nas casas das pessoas durante a noite, estaria a sugar o sangue das pessoas. Houve manifestações contra as estruturas político-partidárias da Frelimo, tendo por vezes atingido contornos violentos, provocando a morte ou ferimento de algumas pessoas e a destruição de algumas infra-estruturas. Para mais detalhes ver Sérgio CHICHAVA, *Le vieux Mozambique. Étude sur l'identité politique de la Zambézie*, Bordéus, Maio de 2007, Tese de doutoramento.

¹⁹ As Lojas do Povo tinham sido criadas em 1976 pelo Estado para fazer face à fuga maciça dos comerciantes portugueses e indianos após a queda do regime de Marcelo Caetano a 25 de Abril de 1974 em Portugal e também após a independência de Moçambique.

reação não era de admirar num contexto em que os zambezianos se consideravam excluídos e marginalizados pelo regime excessivamente sulista, como explica o arcebispo local, Dom Filipe Governo:

“No princípio, a Frelimo enviou quadros do sul, então os zambezianos interpretaram isso como um colonialismo do sul. Isso fez recuar a Zambézia em relação à Frelimo. Mesmo os administradores eram do sul, o chefe de apoio e controlo, mesmo o chefe do posto, eram do sul. Mesmo na Universidade [Eduardo Mondlane, principal universidade pública no Sul] quando o professor sabe que este estudante vem do Centro ou do Norte [do país], a probabilidade de ele [o estudante] chumbar é maior que a de um estudante do sul...”²⁰

A Resistência Nacional de Moçambique (Renamo)²¹, cujos dirigentes eram maioritariamente do Centro de Moçambique, na sua guerra contra a Frelimo que durou cerca de 16 anos, dizia entre outros, bater-se contra o tribalismo deste partido.

Esta visão da Frelimo — que confundia unidade e unicidade — não só levou a recusa da diversidade das identidades e de interesses no seio da sociedade moçambicana, como também criou conflitos entre diferentes grupos. Era a procura da unidade a todo o preço em nome de uma classe operária, ela mesmo mitificada e virtual, sublimada no Estado, ignorando os diferentes conflitos entre os diversos segmentos da sociedade moçambicana.

²⁰ Entrevista com o Arcebispo de Quelimane, Dom Filipe Governo, Quelimane, 9 de Outubro de 2004.

²¹ Movimento criado e instrumentalizado primeiro pela Rodésia do Sul e depois pela África do Sul.

II-O período democrático e a afirmação dos particularismos

Com a introdução de uma nova Constituição em 1990, que consagrava o pluralismo social, político e económico, grupos étnicos até então não reconhecidos, ou que assim percebiam sua situação, começaram a reivindicar abertamente a sua integração no poder ou no Estado. No entanto, para evitar a emergência de partidos étnico-regionais, a Frelimo inscreveu na lei que, para ser legalizado, cada partido devia ter um mínimo de assinaturas em cada província. Também, a constituição proíbe a formação de partidos em bases étnicas ou regionais.

Facto interessante é que a maioria dos partidos políticos criados no quadro da nova Constituição era formada por indivíduos do Norte do Save, que, como vimos, sempre se sentiram excluídos do poder. Iguamente, alguns destes partidos políticos (sobretudo da Zambézia) reivindicaram o federalismo, o qual era visto como a solução ideal para uma melhor redistribuição de recursos (políticos e económicos) e inclusão dos grupos étnicos excluídos nas instâncias do poder. Trata-se por exemplo de partidos como a União Nacional Moçambicana (UNAMO); da Confederação Democrática de Moçambique (CODEMO); do Partido Liberal e Democrático de Moçambique; (PALMO); Partido Democrático de Moçambique (PADEMO); O Partido Nacionalista Federalista (PANAFE); do Partido Progressivo e Liberal Federalista das Comunidades Religiosas de Moçambique (PPLFCRM)²². Havia também o Partido Federal de Moçambique (PAFEMO), que como o seu nome indica, também defendia o federalismo, cuja legalização foi recusada pelo Ministério da Justiça por ter sido considerado anticonstitucional²³.

Outro facto interessante foi a emergência de associações étnico-regionais, entre as quais pode-se sublinhar a SOTEMAZA (cujo acrónimo representa as províncias de Sofala, Tete, Manica e Zambézia), Movimento Cívico de Solidariedade e Apoio à Zambézia (MOCIZA), Associação para o Desenvolvimento de Nampula (ASSANA) e a Associação dos Nativos e Amigos de Maputo (*Ngilyana* ou *Nyvana*)²⁴. O mais interessante nisto é que, por detrás destas associações, havia antigos ou futuros dirigentes da Frelimo. Na *Ngilyana*, podíamos encontrar, por exemplo, personalidades como Armando Guebuza (actual presidente da Republica), Teodato Hunguana, Américo Mfumo, Raul Honwana, entre outros. Na SOTEMAZA, podíamos encontrar pessoas como Pedro Comissário, um Sena originário de Sofala e alto quadro da Frelimo. Na

²² Hoje este partido designa-se Partido do Progresso Liberal de Moçambique (PPLM).

²³ Joseph HANLON (ed.), "Mozambique's unarmed opposition", *Mozambique peace process. Bulletin Special supplement*, Outubro de 1993, <http://www.open.ac.uk/technology/mozambique/pics/d75951.pdf>

²⁴ O que significa coroa em xi-ronga.

MOCIZA, havia nomes como Hélder Muteia, Abdul Carimo, Pedro Murrima, ambos naturais da Zambézia. Estas duas associações representavam as elites do vale da Zambézia, que durante muito sentiram-se excluídas do poder pela Frelimo. Na ASSANA, tínhamos, por exemplo, figuras como Adelaide Amurane, Dionísio Cherewa e Rosário Mualeia. O aparecimento destas associações veio a acordar os particularismos.

As elites da SOTEMAZA — associação explicitamente sena —, encabeçadas por Pedro Comissário, numa carta dirigida ao então presidente da República, Joaquim Chissano, e ao seu ministro dos Negócios Estrangeiros, Pascoal Mocumbi, pediam a inclusão dos senas — o segundo maior grupo étnico do país — no poder, de modo a garantir a coesão nacional²⁵. Nesta carta, Pedro Comissário, que dizia não compreender as razões da exclusão dos senas do poder, indicava uma lista de dez personalidades da etnia sena, que segundo ele eram capazes de exercer ou de ocupar funções de direcção no seio do governo. Segundo este alto responsável da Frelimo, a inclusão dos senas no governo iria acabar com a humilhação e marginalização de que eram vítimas no seio da sociedade moçambicana. Este pedido de Pedro Comissário, primeira a ser feita publicamente na história do Moçambique independente, aparecia um pouco depois da eclosão de conflitos entre os Ndaus e Senas na cidade da Beira²⁶. Este conflito, explorado e exagerado por alguns círculos políticos que esperavam tirar dividendos, encontra uma das suas raízes de explicação na interdição pelo arcebispo da Beira, Dom Jaime Gonçalves (da etnia Ndau), da utilização do Xi-sena durante os cultos, favorecendo o Xi-ndau. Este conflito, visto pelos Senas como discriminação, chegou a provocar confrontos entre estes dois grupos, obrigando ao fecho da catedral local durante mais ou menos um período de um ano.

Quanto à MOCIZA e à ASSANA, a Frelimo, numa tentativa de reequilíbrio interno, optou pela cooptação das elites destas associações. Com efeito, temendo que tais associações, — ambas representando as elites das duas províncias mais populosas do país, elites que sempre se consideraram excluídas das instâncias do poder — se transformassem em partidos políticos ou em veículos de contestação ao seu governo, a Frelimo tratou de cooptar seus dirigentes. Assim, na MOCIZA, Hélder Muteia, depois de ter sido deputado, foi vice-ministro da Agricultura (1995-1999) e Ministro da Agricultura (1999-2004); Abdul Carimo apareceu como deputado da Frelimo e, mais tarde, ascendeu ao cargo de vice-presidente da Assembleia

²⁵ “Para defesa da sua dignidade e cultura. Os senas precisam de ter voz no governo”, *Savana* (Maputo), n.º 8, 11 de Março de 1994.

²⁶ Em 1995, elementos da etnia macua também escreveram uma carta a Joaquim Chissano, na qual também se queixavam de exclusão.

da República; Pedro Murrima foi indicado Presidente do Conselho de Administração dos Correios de Moçambique:

Na ASSANA, Rosário Mualeia, na altura secretário-geral desta associação, foi nomeado governador da província de Nampula; Adelaide Amurane ficou vice-ministra do trabalho (1994-2004) e Dionísio Cherewa, na altura funcionário da embaixada dos Países Baixos em Nampula, foi indicado como candidato da Frelimo ao município desta cidade nas primeiras eleições locais de 1998. Assim, cooptando-se os principais membros, a MOCIZA e a ASSANA foram fragilizadas à nascença.

Em 1994, reivindicações étnicas dos macuas de Montepuez, província de Cabo Delgado, que se queixavam de serem dominados pela minoria maconde, foram reportadas²⁷. Para estes macuas, era incompreensível que o distrito de Montepuez, uma zona predominantemente macua, fosse dirigido por um maconde. Estas reivindicações, que chegaram a atingir alguns contornos violentos, foram acompanhadas da exigência da inclusão dos macuas nas instituições do Estado. Igualmente, os macuas perguntavam-se por que é que em toda a província só havia dois administradores macuas, enquanto eles constituíam a maioria. Tratava-se do reacender das velhas clivagens sócio-históricas entre estes dois grupos étnicos. Com efeito, reza a história que durante o período escravagista, os macondes teriam traficado os macuas. Este período também foi marcado pela aparição de jornais com designações de grupos étnicos. Trata-se, por exemplo, de “*Moçambique para todos*” que no princípio, chamava-se “Macua Moçambique”²⁸. Nas universidades públicas, como a Universidade Eduardo Mondlane, foi introduzido o ensino de certas línguas locais. No município de Maputo, o *xi-ronga* foi em 2000 adoptado como uma das línguas oficiais de trabalho²⁹.

As identidades e o voto

Um pouco antes da realização das primeiras eleições multipartidárias em 1994 e numa atitude eminentemente eleitoralista, o líder do Partido Democrático de Moçambique (PADEMO), Wehia Ripua, acusou a Frelimo de “colonialismo doméstico”³⁰. Dando o exemplo da Zambézia, Wehia Ripua afirmava que todos os dirigentes locais — do governador até aos directores provinciais — eram pessoas do Sul. Segundo o líder do Pademo, esta situação não era nova na Zambézia, pois desde a independência do país, esta província tinha sido dirigida apenas por pessoas do Sul, em prejuízo dos “filhos da terra”³¹. É preciso sublinhar que, um pouco antes destas eleições, o antigo presidente de Moçambique, Joaquim

²⁷ “Em Cabo Delgado. Porque é que não há administradores macuas?”, *Savana* (Maputo), n° 15, 6 de Maio de 1994.

²⁸ Ver *website* <http://www.macua.blogs.com>.

²⁹ “Município de Maputo adopta xironga como língua de trabalho” *Notmoc*, n° 37, <http://www.mol.co.mz/notmoc/001002po.html>.

³⁰ “O regionalismo é da Frelimo e não do povo”, *Savana* (Maputo), n° 21, 10 de Junho de 1994.

³¹ *Ibidem*.

Chissano, numa visita que efectuou a Zambézia foi recebido no aeroporto local, com dísticos que diziam “Chissano: Império de Gaza, em alusão à “sulização” do poder que tinha caracterizado o período do partido único³². Esta manifestação — provavelmente organizada pela Renamo — levou a alguns confrontos entre os manifestantes e a polícia. Igualmente, num dos diferentes encontros com as populações locais, Joaquim Chissano foi questionado sobre as razões pelas quais, os zambebianos eram sistematicamente excluídos do poder. Num discurso tipicamente frelimista, Joaquim Chissano respondeu dizendo que “em Moçambique, só havia moçambicanos”³³.

Ainda durante estas eleições, a Renamo defendia a ideia de que cada província devia ser dirigida por um “filho da terra”, isto é, alguém que tivesse afinidades etnolinguísticas com as populações que pretendia dirigir³⁴. Segundo a Renamo, isto iria reforçar a unidade nacional. A Frelimo, que sempre esteve contra esta visão, considerando-a “tribalista” ou “regionalista”, acabou por ceder e em cada província foram indicados como governadores nativos locais. Outros defendiam a tese de que se o presidente é do Sul, o primeiro-ministro devia ser do Norte e vice-versa. Ainda, diziam eles, a composição do executivo devia reflectir os diferentes grupos étnicos. De acordo com os defensores desta perspectiva, que se afirmavam contra a hegemonia do Sul (visto como mero prolongamento do Império de Gaza donde são originários os três primeiros presidentes da Frelimo), esta era a solução ideal para manter a harmonia e coesão social no país.

Aquando das eleições de 2004 (as terceiras do contexto multipartidário) e com vista a contrariar o discurso dos seus opositores, segundo o qual, “desde que o país está independente, é sempre dirigido por pessoas do Sul”, captando desta feita o eleitorado do Centro e Norte do país, mais próximo da Renamo, Armando Guebuza, candidato da Frelimo, mais do que como candidato deste partido foi apresentado como um candidato do Norte, mais concretamente de Nampula, o primeiro círculo eleitoral do país. Com efeito, apesar de os seus parentes terem nascido na Catembe em Maputo, Armando Guebuza nasceu no distrito de Murrupula, província de Nampula, em 1943, região que ele deixou com apenas cinco anos de idade para fixar-se em Maputo, não falando mesmo a língua local, o *e-makhuwa*. Armando Guebuza nunca tinha-se identificado como Macua, mas sim como *Ronga*, grupo étnico do sul de Moçambique. É preciso recordar que Armando Guebuza foi citado como um dos impulsionadores da associação dos nativos e amigos de Maputo, *Ngiyana*, uma associação explicitamente ronga. Instrumentalizando claramente as

³² “Visita presidencial do presidente Chissano à Zambézia”, *TVM Especial*, Emissão televisiva, 3 de Setembro de 1994.

³³ Irae LUNDIN, “Partidos políticos: a leitura da vertente étnico-regional no processo democrático”, Brazão MAZULA, *Eleições, democracia, desenvolvimento*, Maputo, Embaixada dos Países Baixos, p. 461.

³⁴ Ainda que de forma discreta, este sentimento existia no seio da Frelimo da parte dos grupos étnicos que se sentiam marginalizados.

identidades étnicas com objectivos eminentemente eleitoralistas, o novo candidato da Frelimo abriu a sua campanha na província de Nampula, tendo nesse mesmo dia se deslocado a Murrupula.

Mais foi em 2005 que Moçambique iria assistir a um dos incidentes mais graves resultantes da instrumentalização das identidades étnicas pelos homens políticos com o objectivo de tirar dividendos. Com efeito, após a realização das eleições municipais intercalares de 21 de Maio de 2005 (em virtude da morte do antigo presidente do município) na Mocimboa da Praia, norte da província de Cabo Delgado, assistiu-se a um dos mais graves conflitos étnicos do Moçambique independente. Estas eleições, oficialmente ganhas por Amadeu Pedro, candidato da Frelimo, por 52% contra 47% de Assane Saide, candidato da Renamo, foram fortemente contestadas por este último. Esta contestação levou a confrontos violentos, os quais teriam provocado a morte de doze pessoas e o ferimento de cerca de quarenta e sete outras e à destruição de inúmeras casas³⁵.

Segundo o Observatório de Paz, uma organização moçambicana da sociedade civil, certas testemunhas locais teriam afirmado que os Kimwanes, tidos como politicamente próximos da Renamo, e instrumentalizados por este partido, não teriam aceite serem dirigidos por Amadeu Pedro, um maconde (grupo étnico que, por razões históricas, é próximo da Frelimo) natural de Mueda, preferindo Assane Saide, um kimwanne, natural de Mocimboa da Praia³⁶. Acusações de instrumentalização das identidades étnicas entre os dois partidos fizeram-se sentir. Assim, enquanto, para a Frelimo, a Renamo estava a fomentar o tribalismo no seio do povo com vista a tirar dividendos políticos³⁷, para a Renamo, a Frelimo é que estava a instrumentalizar a etnicidade. Segundo o líder da Renamo, “a Frelimo estava a utilizar os macondes para atacar os kimwanes³⁸.”

Como interpretar estas acusações de tribalismo? O que é que estará por detrás desses discursos?

Mais do que uma questão de exclusão com base na tribo, trata-se de uma questão de, num contexto de escassez, aceder a recursos, ao Estado, como bem ilustra o caso dos Macuas de Cabo Delgado, que se queixavam da predominância dos Macondes no seio do Estado. Recordar que uma das questões levantadas pelos macuas era que, se todos os postos no aparelho do Estado eram ocupados pelos macondes, onde iriam os macuas “comer”³⁹? Num contexto destes, o poder político e o controle do

³⁵ “O drama da Mocimboa da Praia”, *Vertical* (Maputo), nº 914, 22 de Setembro de 2005.

³⁶ OBSERVATÓRIO DA PAZ, “Caso da Mocimboa da Praia. Relatório dos acontecimentos”, 19 de Setembro de 2005, http://blog.livedoor.jp/ticad_csf/archives/50030623.html.

³⁷ “Guebuza acusa Renamo de tribalismo”, *MediaFax* (Maputo), nº 3431, 16 de Dezembro de 2005.

³⁸ “Renamo ameaça criar governo -sombra e residência da Mocimboa da Praia”, 7 de Dezembro de 2005, <http://www.stop.co.mz/news/new.php?idnew=7463>.

³⁹ “Em Cabo Delgado. Porque é que não há administradores macuas?”..., *op.cit.*

aparelho estatal são vistos com as únicas vias de enriquecimento e de ascensão social. Como diz Christian Coulon, “a etnicidade lê-se muitas vezes não como uma resistência ao Estado, mas como um pedido de acesso ao Estado⁴⁰.”

Enfim, é preciso sublinhar que os problemas étnicos nunca serão resolvidos enquanto a diversidade continuar a ser encarada como contrária a ideia de nação, de progresso e de democracia. A Suíça e os Estados Unidos ou mesmo numa primeira fase, a jovem União Soviética são exemplos disso. É preciso ter em conta que, num quadro democrático e multicultural, a etnicidade pode ser um vector de acção e de participação política. A etnicidade pode até mesmo ser a única forma de os grupos excluídos e marginalizados lembrarem aos outros que eles existem. Mas para que isso aconteça de maneira pacífica, sem que os diversos grupos étnicos vejam-se como inimigos na disputa pelo poder político, compete aos actores políticos ir para além do seu grupo étnico, demonstrando que a valorização da diferença não implica desigualdade de tratamento e de oportunidades.

O problema não é a multiplicidade étnica ou a etnicidade em si, mas o uso que dela se faz, que, em certos casos, pode revelar-se prejudicial e perigoso. Quando grupos excluídos reclamam de discriminação étnica, de serem excluídos do poder ou do Estado com base na “tribo”, tem que se ter em conta que isso pode exprimir um sofrimento social, cultural ou simbólico. Dissimular a predominância de certos grupos étnicos no poder ou no Estado em detrimento de outros com discursos do tipo “Em Moçambique só há moçambicanos” pode, por vezes, levar a situações perigosas. Igualmente, é preciso salientar que é a ausência da possibilidade de contestação ou de reivindicação pacífica que leva os grupos que sentem lesados a manifestações violentas. A maior parte dos conflitos étnicos são consequência de problemas sociopolíticos pouco estudados, negligenciados, abafados ou mal resolvidos.

Os casos aqui relatados mostram que os ditos conflitos “tribais” ou étnicos são antes de mais conflitos políticos. Enquanto o Estado ainda não for capaz de promover o desenvolvimento, de reduzir os desequilíbrios regionais, enquanto os actores políticos não forem capazes de irem para além da sua “tribo”, o sentimento de marginalização e exclusão étnica em certos grupos sociais prevalecerá. Oxalá tais problemas sejam enfrentados e adequadamente discutidos, não evitados. Pertinentes, neste caso, as muito citadas palavras de Abraham Lincoln: “(...) pode-se enganar a alguns durante muito tempo; pode-se enganar a muitos durante algum tempo; mas não se pode enganar a todos durante todo o tempo.”

⁴⁰ Christian COULON, “Les dynamiques ...”..., *op.cit.*, p. 52.

Bibliografia

Livros e artigos em Livros

LUNDIN, Irae, “Partidos políticos: a leitura da vertente étnico-regional no processo democrático”, Brazão
 MAZULA, *Eleições, democracia, desenvolvimento*, Maputo, Embaixada dos Países Baixos, pp. 423-472.
 HONIGMANN, John, “Tribe”, *A dictionary of the social sciences*, Glencoe, Free press, 1964.

Artigos em revistas

CAHEN, Michel, “Mozambique. Historie géopolitique d’un pays sans nation”, *Lusotopie*, (Paris, Karthala), 1, 1994, pp. 213-266.
 CAHEN, Michel, “État et pouvoir populaire au Mozambique”, *Politique Africaine* (Paris, Karthala), 19, 1985, pp. 36-60.
 COULON, Christian, “Les dynamiques de l’ethnicité en Afrique noire”, Pierre BIRNBAUM (dir.), *Sociologie des nationalismes*, Paris, PUF, coll. “Sociologies”, 1997, pp. 109-119.
 MERCIER, Paul « Remarques sur la signification du “tribalisme actuel” en Afrique noire », *Cahiers internationaux de sociologie*, (Paris, PUF), XXI, Julho-Dezembro, 1961, pp. 61-80.
 OTAYEK, René, “L’Afrique au prisme de l’ethnicité : perception française et actualité du débat”, *Revue internationale et stratégique* (Paris, Dalloz), 43, 2001, pp. 129-142.

Artigos de Imprensa

Magazine Independente

“Governador tribaliza Niassa”, *Magazine Independente* (Maputo), nº 49, 12 de Março de 2008.

Jornal Vertical

“O drama da Mocímboa da Praia”, *Vertical* (Maputo), nº 914, 22 de Setembro de 2005.

Jornal MediaFax

“Guebuza acusa Renamo de tribalismo”, *MediaFax*, (Maputo), nº 3431, 16 de Dezembro de 2005.

Jornal Savana

“Para defesa da sua dignidade e cultura. Os senas precisam de ter voz no governo”, *Savana* (Maputo), n° 8, 11 de Março de 1994.

“Em Cabo Delgado. Porque é que não há administradores macuas?”, *Savana* (Maputo), n° 15, 6 de Maio de 1994.

“O regionalismo é da Frelimo e não do povo”, *Savana* (Maputo), n° 21, 10 de Junho de 1994.

Documentos audiovisuais

“Visita presidencial do presidente Chissano à Zambézia”, *TVM Especial*, Emissão televisiva, 3 de Setembro de 1994.

Documentos electrónicos

HANLON, Joseph (ed.), “Mozambique's unarmed opposition”, *Mozambique peace process. Bulletin Special supplement*, Outubro de 1993, <http://www.open.ac.uk/technology/mozambique/pics/d75951.pdf> (Página consultada a 10 de Março de 2008).

“Renamo ameaça criar governo-sombra e residência da Mocímboa da Praia”, 7 de Dezembro de 2005, <http://www.stop.co.mz/news/new.php?idnew=7463> (Página consultada a 21 de Abril de 2007).

OBSERVATÓRIO DE PAZ, “Caso da Mocímboa da Praia. Relatório dos acontecimentos”, 19 de Setembro de 2005, http://blog.livedoor.jp/ticad_csf/archives/50030623.html (Página consultada a 21 de Abril de 2007).

“Município de Maputo adopta xi-ronga como língua de trabalho” *Notmoc*, n° 37, <http://www.mol.co.mz/notmoc/001002po.html> (Página consultada a 15 de Março de 2008).

COQUERY-VIDROVITCH, Catherine “Du bon usage de l’ethnicité”, *Le monde*, http://www.mondediplomatique.fr/1994/07/COQUERY_VIDROVITCH/583.html (Página consultada a 21 de Março de 2008).

Teses e dissertações não publicadas

Sérgio CHICHAVA, *Le vieux Mozambique. Étude sur l’identité politique de la Zambézie*, Bordéus, Maio de 2007, Tese de doutoramento.

Entrevistas

Entrevista com o Arcebispo de Quelimane, Dom Filipe Governo, Quelimane, 9 de Outubro de 2004.

Documentos de Arquivo

Arquivos Nacionais da Torre do Tombo (ANNT), Lisboa

PIDE/DELEGAÇÃO DE MOÇAMBIQUE, *Apontamento de Notícias*, Lourenço Marques, 21 de Março de 1963 in ANTT, PIDE/DGS, Processo 2826/62, *Frelimo*, vol. 1.

PIDE/DELEGAÇÃO DE MOÇAMBIQUE, *Assunto: Desordens no Instituto Moçambicano em Dar-es-Salam*, Informação n°961-SC/CI (2), Lourenço Marques, 29 de Agosto de 1968, in ANTT, PIDE/DGS, Processo 2657/62-SR, *Uria Simanta ou Uria Simango*.

PIDE/DELEGAÇÃO DE MOÇAMBIQUE, *Assunto: Urias Simango*, Informação n° 1299-CI (2), Lourenço Marques, 30 de Dezembro de 1969, in, ANTT, PIDE/DGS, Processo 2826/62, *Frelimo*, vol. 1

Arquivo Histórico de Maputo (AHM), Maputo

SCCIM, *Boletim de difusão de informações n° 18/68*, UNAR, Lourenço Marques, 13 de Março de 1968, in AHM/GOVERNO-GERAL/*Relatórios de informação 1969 a 1974*.



Av. Patrice Lumumba, 178 - Maputo
MOÇAMBIQUE

Tel. + 258 21 328894
Fax + 258 21 328895
www.iese.ac.mz